

CARTA ANUAL
DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
GOVERNANÇA CORPORATIVA

ALAGOAS ATIVOS S.A.

MACEIÓ/2022
ALAGOAS ATIVOS S.A.
CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA
EXERCÍCIO BASE 2021

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30.6.2016, o Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A. subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2021.

I. IDENTIFICAÇÃO

Denominação da Sociedade: Alagoas Ativos S.A.

Sede: Maceió - AL

CNPJ: 29.218.037/0001-72

Tipo de Estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: Estado de Alagoas

Tipo Societário: Sociedade Anônima

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: Estadual

Setor de Atuação: Administração Pública em geral

Telefones de contato: (82) 3435-0736 e (82) 98873-0206

Endereço eletrônico: contato@alagoasativos.com

Sítio eletrônico: www.alagoasativos.com

Endereço: Rua Sampaio Marques, 25, Sala 608, Edf. Delman Empresarial, Pajuçara, CEP 57030-107, Maceió, AL

Diretor Presidente: Antônio Tenório Cavalcante Neto

Audidores Independentes: Convicta Auditores Independentes S/S

Diretoria Geral:

Diretor Presidente - Antônio Tenório Cavalcante Neto

Diretor Executiva – Eder Correia de Araújo

Diretor Financeiro - José Helenildo Ribeiro Monteiro

Conselheiros de Administração subscritores da Carta de Políticas Públicas:

Presidente – George André Palermo Santoro

Conselheiro - Antônio Tenório Cavalcante Neto

Conselheiro - José Ernesto de Souza Filho

Conselheira – Gabriela Magalhães

Conselheira – Maria Clara Cavalcante Bugarim

II. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, I, exige a elaboração de “carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”.

1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Alagoas Ativos S.A., empresa pública constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, com sede e foro em Maceió, tem como missão “viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado”.

Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, que, juntamente com seu Estatuto Social, instrumentalizado pelo Decreto Estadual nº 58.861, de 03 de maio de 2018, definem seu fim específico:

- I – Colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;
- II – Gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;
- III – Gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e
- IV – Estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Ambas as normas identificam os objetivos sociais da empresa, cujas atividades serão realizadas em nome próprio e por sua responsabilidade:

- I – Administrar e explorar economicamente ativos estaduais;
- II – Auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros;
- III – Estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- IV – Auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral;
- V – Auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens;
- VI – Colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias;
- VII – Participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; e
- VIII – Realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Alagoas Ativos S.A. foi criada para fazer parte do Programa de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Alagoas, publicado pela Lei Estadual nº 8.232, que possui o intuito de promover, fomentar e disciplinar a realização de concessões e parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta.

A referida lei foi publicada após diversos estudos sobre as concessões e PPPs existentes no Estado e traz as diretrizes de estruturação e governança do Programa de Concessões e PPPs, o Plano Estadual de Concessões e PPPs, além de dispor sobre os instrumentos, regras de licitação e contratos firmados no âmbito do Programa.

Nesse contexto criado, a Alagoas Ativos tem o papel principal de ser responsável por gerir o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado para garantir o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas em contratos de concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

Ainda, a empresa tem como um de seus objetivos institucionais ser uma entidade de auxílio ao Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral, de forma a viabilizar projetos de concessão e de parcerias público-privadas junto às Secretarias de Estado interessadas, realizando análises e modelagens de projetos de concessões e parcerias público-privadas.

A Alagoas Ativos também é responsável pela gestão patrimonial e dos ativos do Estado de Alagoas ou de seus órgãos e entidades da administração direta, auxiliando na conservação, manutenção e melhor aproveitamento dos bens públicos estaduais.

2.1. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa realizou estudos sobre projetos de PPPs e concessões para o Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão.

2.1.1. PARTICIPAR DE TRÊS PROJETOS DE CONCESSÕES OU PPPS ATÉ 2021

Em 2021, a empresa realizou os maiores avanços em relação às modelagens de concessões e PPPs, tendo vários desenvolvimentos importantes quanto aos projetos e tendo cumprido o objetivo de participar de três projetos dessa natureza, uma vez que participou do projeto do Abatedouro Regional de Viçosa, da Concessão do CEASA e do Aeroporto de Maragogi.

O Projeto que mais obteve avanços significativos foi o Abatedouro de Viçosa, tendo em vista que o Projeto finalmente foi finalizado em 2021. Após a entrega dos estudos principais, realizou roadshows, consulta e audiência públicas e entregou as minutas de edital e contrato da licitação para a sua concessão, a licitação foi realizada em junho e efetivamente concedida, sendo o primeiro case de sucesso da Alagoas Ativos.

Quanto ao projeto do CEASA, a empresa já havia apresentado estudos preliminares, porém, por conta do lapso temporal entre a sua realização e o presente

momento, foi solicitada a sua atualização para que a empresa possa passar para as próximas etapas.

Por fim, em relação ao Aeroporto de Maragogi, a empresa entregou os primeiros estudos preliminares e realizou diversas reuniões de desenvolvimento do projeto com o órgão interessado, o que avançou bastante o seu desenvolvimento. Ainda, tendo em vista que as obras da estrutura do Aeroporto foram iniciadas pelo Governo do Estado e, em novembro de 2021, a Alagoas Ativos, juntamente com o Estado de Alagoas, levou o projeto para o evento Airport National Meeting 2021”, acontecido em Brasília-DF, onde foi apresentado oficialmente, pela primeira vez, o projeto ao mercado.

2.1.1.1. AVALIAÇÃO DO ABATEDOURO DE VIÇOSA

Com o objetivo de ofertar a população carne inspecionada e fortalecer a cadeia produtiva da pecuária de corte de Alagoas, o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI lançou o programa de regionalização de abatedouros. Ele consiste na readequação e construção de novas unidades, a fim de que o rebanho do Estado seja abatido conforme à legislação sanitária e ambiental vigente.

Em virtude de funcionarem em condições sanitárias e estruturas físicas inadequadas, representando um grande risco à saúde pública, ocasionando a exposição da população a às zoonoses como tuberculose, brucelose e toxoplasmose, vários municípios estão sofrendo com o fechamento dos matadouros, acarretando desemprego, retorno do abate clandestino, escassez de produto nas feiras livres e aumento de preço dos produtos.

Nesse contexto, o Abatedouro de Viçosa está em construção e é objeto do Programa de Regionalização do Estado. Possui estrutura moderna, com 2.341 m² de área construída, composta por currais, área destinada à administração, caldeiras, vestiários, subestação de energia, blocos de abate, necropsia, pocilga, lagoas tratamento e depósito para cascos e chifres e possui capacidade de produção projetada de 140 animais/dia, com possibilidade de expansão.

Após período de coleta de dados sobre este ativo e análise das possibilidades de um melhor aproveitamento do mesmo com eficiência, o estudo preliminar foi concluído em agosto de 2018, com a recomendação de concessão de uso da planta, sem outorga inicial com percentual da receita bruta como contrapartida do operador privado ao Estado, incluindo metas de desempenho e investimentos.

Em 2019, o projeto foi aprovado após apresentação e avaliações pelo Conselho Gestor de PPP do Estado. Após a aprovação, o projeto de Lei de Concessão foi encaminhado à Assembleia Legislativa para deliberação e aprovação, o que ocorreu ainda em 2019.

Ao longo do ano de 2020, o projeto de Concessão do Abatedouro de Viçosa, cuja estruturação foi conduzida pela Alagoas Ativos S/A, avançou à fase preparatória de licitação, incluindo a finalização do Edital de Licitação e do Termo de Concessão, a aprovação dos referidos documentos no Conselho Gestor de Parcerias (CGP), a realização de consulta pública, de audiência pública e de roadshow, bem como o início do processo de aprovação junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE), dando sequência aos estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no âmbito do Produto 11, incluído no escopo do Primeiro Termo Aditivo ao contrato firmado entre a FGV e a Alagoas Ativos S/A.

A aprovação do edital e do termo de concessão pelo CGP foi um processo que se dividiu em duas reuniões distintas: uma realizada no dia 07/10/2020 e outra realizada no dia 13/10/2020. As discussões realizadas no âmbito do referido Conselho estão documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000179/2020. Havendo a aprovação pelo CGP, seguiu-se para realização da consulta pública, aberta no dia 03/11/2020 e finalizada no dia 03/12/2020, período no qual recebeu-se contribuições sobre o edital e o termo de concessão. A consulta pública foi documentada no Processo Administrativo nº E:62017.0000000217/2020. No dia 18/11/2020, realizou-se audiência pública na Câmara Municipal de Viçosa/AL, contando com a participação de membros da sociedade civil. As discussões realizadas na referida audiência foram documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000218/2020. Por fim, durante o mesmo período de realização da consulta pública (03/11 a 03/12/2020), conduziu-se um roadshow, por meio do qual as empresas interessadas em participar da licitação foram convidadas a se reunir com os responsáveis pela estruturação do projeto para tirar dúvidas e expor críticas e sugestões de alteração do edital e do termo de concessão. O roadshow foi documentado no Processo Administrativo nº E:62017.0000000219/2020.

Todos os processos foram conduzidos pela Alagoas Ativos, contando com a colaboração da Unidade de Parcerias da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG). A consulta e a audiência públicas contaram também com a participação da Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria SEPLAG nº 9.099/2020, responsável pela condução do processo licitatório do Abatedouro de Viçosa.

Em paralelo, esta Alagoas Ativos conduziu reuniões periódicas com a Procuradoria Geral do Estado - PGE para alinhamento de pontos de sensibilidade no projeto, visando garantir que esteja totalmente adequado às exigências legais. Após análise pela PGE e aprovado o projeto pela Assembleia Legislativa, a Alagoas Ativos passou a auxiliar o órgão concedente no procedimento licitatório.

A concessão do Abatedouro Frigorífico de Viçosa pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos se deu através de licitação realizada em 15 de junho de 2021, às 09:00 horas, na Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG, tendo como vencedor a empresa CAMPO DO GADO INDÚSTRIA DE RECICLAGEM ANIMAL LTDA, CNPJ: 20.663.011/0001-69.

Todo processo foi conduzido pela Alagoas Ativos, em colaboração com a Unidade de Parcerias da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG, documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000243/2020.

2.1.1.2. AVALIAÇÃO DO CEASA MACEIÓ

A Central de Abastecimento de Alagoas - CEASA/AL é administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas - IDERAL, autarquia estadual criada pela Lei nº 6.194/00, e vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI.

A empresa é gerida com uma combinação de recursos oriundos de receitas próprias e dotação pública. O IDERAL tem como objetivo dar suporte à SEAGRI na implementação de sua agenda de promoção da agricultura, pesca e abastecimento a partir da prestação de serviços de distribuição, classificação e armazenagem.

Na distribuição, o IDERAL atua tanto no nível estadual quanto no nacional como um canal de comercialização de seus produtores, viabilizando toda a cadeia de

distribuição agroalimentar. Nesta função, a CEASA/AL desempenha papel fundamental de controle e a fiscalização do fluxo, da qualidade e das condições higiênicas e sanitárias das mercadorias.

Após estudos preliminares, os dados levantados demonstraram que, apesar da evolução na receita durante o período analisado, parte desta receita é custeada pelos aportes realizados pela SEFAZ/AL e por conta disso a CEASA/AL fica extremamente dependente deste repasse, o que reflete na grande variação entre lucros/prejuízos.

O estudo, então, recomendou o modelo de Concessão de Uso de Bem público com a Exploração, Operação e Manutenção, de forma que o Estado poderá exigir mais investimento de modernização das atividades do aparelho estatal, uma vez que ele possui instrumentos legais de controle e fiscalização do concessionário, acarretando a desoneração do ente federativo da prestação do serviço público.

Em 2021, o projeto se tornou prioridade para o Estado, tendo a SEFAZ iniciado a edição de Decreto concedendo benefícios fiscais importantes para aqueles interessados em trabalhar no CEASA, o que tornará o projeto ainda mais atrativo.

Assim, a empresa passou a atualizar as informações referentes ao projeto e aos estudos já realizados anteriormente, para que, em 2022, possa passar para as próximas fases e entregar os demais documentos para o órgão solicitante.

2.1.1.3. AEROPORTO COSTA DOS CORAIS EM MARAGOGI

O Aeroporto Costa dos Corais é o projeto de estruturação de um novo aeroporto no Município da Maragogi, de forma a incentivar ainda mais o turismo na região. O Aeroporto está em processo de construção e será entregue pelo próprio Estado de Alagoas, enquanto a Alagoas Ativos ficou responsável pelo estudo sobre a melhor forma de administração deste ativo, assim como o desenvolvimento do projeto.

A empresa entregou os primeiros estudos preliminares e realizou diversas reuniões de desenvolvimento do projeto com o órgão interessado, o que avançou bastante o projeto. Dando sequência ao estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, foi realizado, conforme cronograma, road show com executivos dos principais operadores aeroportuários do País, quais sejam:

Sr. Alexandre Monteiro – Presidente do aeroporto Rio Galeão
Sr. Dimas – Diretor de operações do aeroporto Rio Galeão
Sr. Gustavo – Operador do aeroporto de Guarulhos
Sr. Jorge – Presidente do aeroporto de Brasília
Sr. Juan – Vice Presidente do aeroporto de Brasília
Sr. Kleber – Presidente do aeroporto de Belo Horizonte

Em novembro/21 o Estado de Alagoas e a Alagoas Ativos participaram do evento “Airport National Meeting 2021”, acontecido em Brasília-DF, onde o Governador Renan Filho apresentou o projeto de concessão do Aeroporto de Maragogi ao mercado, pela primeira vez.

2.1.2 CRIAÇÃO E FORMATAÇÃO DO FUNDO ALAGOANO DE PARCERIAS – FAP

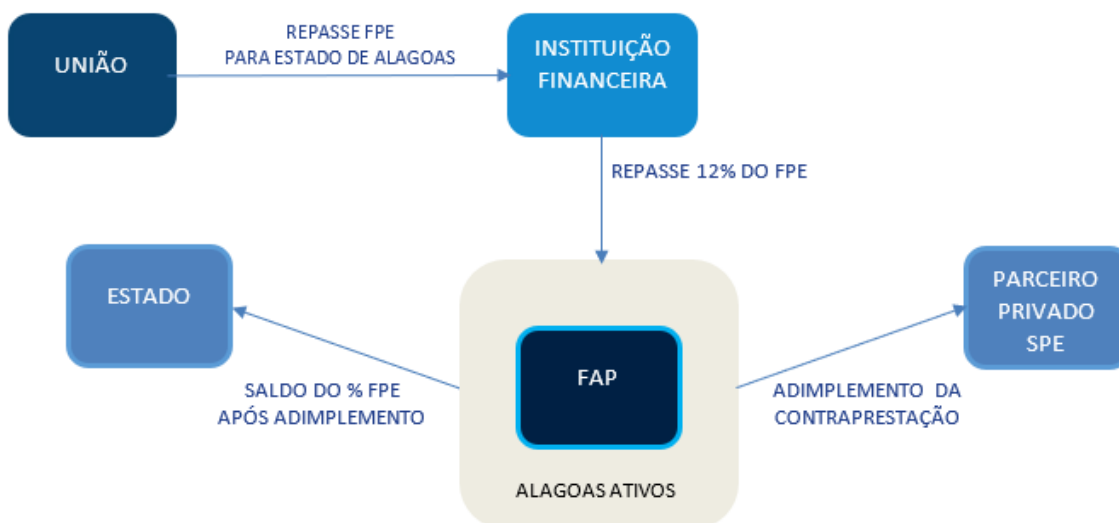
O surgimento da Lei nº 11.079/2004 trouxe o instituto das parcerias público-privadas, que harmoniza o interesse da administração pública em desenvolver projetos

públicos com o interesse do setor privado em realizar investimentos seguros e rentáveis. Uma grande preocupação da referida lei é oferecer ao parceiro privado a segurança necessária no intuito de atrair recursos e investimentos para os projetos públicos. Essa segurança pode ser refletida na criação de garantias conferidas pela administração pública aos parceiros privados, a fim de mitigar os riscos de inadimplemento das contraprestações assumidas pelo parceiro público.

Com este objetivo, o FAP foi criado formalmente no final de 2019 e tem por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelo Estado de Alagoas, na condição de parceiro público, em virtude de contratos de PPPs, não podendo ser extinto antes da quitação da totalidade dos débitos garantidos ou da liberação das garantias pelos credores.

Com natureza jurídica de direito privado, o FAP tem patrimônio próprio e separado do patrimônio de seus cotistas, sendo sujeito de direitos e obrigações próprias, onde o Estado de Alagoas é constituído como seu cotista inicial. Seu Estatuto e Regulamento já foram criados e sua estrutura contará com uma Assembleia de Cotistas e um Conselho Consultivo, a quem caberá a análise técnica dos pedidos de garantias de projetos efetuados ao Fundo.

O FAP será administrado e gerido pela Alagoas Ativos e, a princípio, o FAP será constituído por retenções mensais no percentual de 12% dos repasses a título de FPE recebidos pelo Estado de Alagoas, que ficarão temporariamente na conta do Fundo para caso seja necessário garantir alguma contraprestação pública. Assim será o funcionamento do Fundo:



Não houve objetivo estratégico específico relacionado ao Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, tendo em vista que ele foi totalmente estruturado ainda em 2020, sendo finalizado a assinatura do contrato entre a Alagoas Ativos, a SEFAZ/AL e o Banco do Brasil, instituição financeira que funcionará como Agente de Pagamento das garantias outorgadas pelo Fundo, tendo em vista ser o banco responsável pelos repasses do FPE aos Estados.

Além da assinatura do contrato, todos os processos internos necessários ao funcionamento do Fundo também foram mapeados e padronizados, quais sejam, os processos de contratação, acionamento e devolução. Em consequência, a empresa

convocou Assembleia de Cotistas para alteração da documentação institucional do Fundo – Estatuto e Regulamento Interno.

Com o contrato, Estatuto e Regulamento devidamente adequados à realidade atual, o Fundo passou a estar efetivamente apto a funcionar e receber solicitações de garantias, já recebendo os repasses mensais do FPE e pronto para garantir projetos de parcerias público-privadas nos quais o Estado de Alagoas seja o parceiro público, aguardando somente a integralização das cotas pelo Estado de Alagoas.

O ano de 2021 foi extremamente importante em relação do FAP, tendo em vista que, em março, deu-se efetivamente início à administração do referido fundo, o que gerou a primeira receita da Alagoas Ativos, referente a sua remuneração pela gestão do Fundo.

2.1.3. FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS

Com o intuito de melhorar a eficiência da gestão de patrimônio do Estado de Alagoas, reduzindo gastos e aumentando sua rentabilidade, a Alagoas Ativos, como empresa pública gestora dos ativos do Estado, iniciou em 2018 estudos sobre a formatação, constituição e gestão de Fundos Imobiliários.

Após visitas técnicas realizadas em 2018 à SP Parcerias e Companhia Paulista de Parcerias - CPP, em São Paulo, e à MGI, em Minas Gerais, com a finalidade de reunir informações e dados sobre o procedimento de formatação e constituição desses fundos, a Alagoas Ativos, em conjunto com a FGV, que lhe presta consultoria, passou a realizar os estudos iniciais sobre a constituição, integralização e gestão do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Em 2019, a empresa realizou o primeiro estudo sobre a adequação e gestão de ativos, em que fez uma análise sobre as possibilidades de gestão dos ativos imobiliários de acordo com sua situação de afetação ou desafetação e apontou os requisitos e procedimentos preliminares para a constituição do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Também em 2019, a Alagoas Ativos, em conjunto com órgãos do Estado, realizou levantamento dos ativos imobiliários do Estado e avaliação de seu valor de mercado, além de um estudo econômico-financeiro preliminar, a partir dos dados apresentados, que foi concluído em 2020.

Em 2020 e 2021, a empresa focou na avaliação dos imóveis já levantados pelo Estado, de forma a ter um portfólio completo dos imóveis que constituirão o Fundo, além de ter realizado pesquisas aprofundadas relacionadas ao efetivo funcionamento de um fundo dessa natureza.

Durante 2021 especificamente, a empresa negociou com o Banco do Brasil para que realizasse a estruturação do Fundo e sua administração, porém não obteve êxito, tendo em vista que o Banco, após diversas consultas jurídicas internas e pesquisa relacionadas ao tema, informou que somente poderia realizar a sua estruturação, uma vez que o Banco não administra fundo de imóveis, somente de fundos financeiros.

Tal resposta fez com que a Alagoas Ativos reiniciasse todo o seu procedimento de contratação de empresas especializadas na estruturação e administração de Fundos Imobiliários. Assim, durante todo o ano de 2021, passou a focar no desenvolvimento do termo de referência, edital e contrato para que pudesse iniciar esse processo de contratação, o que se provou uma tarefa complexa.

Ainda em 2021, a empresa manteve conversas abertas com grandes players do mercado financeiro, tanto para desenvolver a melhor estrutura para contratação do futuro administrador do Fundo, quanto para sentir o interesse do mercado no Fundo do Estado de Alagoas.

Dessa forma, pela própria complexidade deste objetivo, a empresa, apesar de ter realizado diversos avanços, ainda não obteve êxito em concluí-lo, postergando sua finalização para 2022.

3. METAS RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em relação às metas que dizem respeito ao cumprimento de políticas públicas do Estado de Alagoas, a empresa definiu três objetivos estratégicos principais: Estruturar Fundo Imobiliário, garantir todos os projetos solicitados através do FAP e Participar da modelagem de Concessões e PPPs até 2021.

Em 2021, a empresa a empresa cumpriu as seguintes metas:

- a) Finalizar projeto do Abatedouro Regional de Viçosa;
- b) Realizar modelagem do Aeroporto de Maragogi;
- c) Garantir projeto SANAMA através do Fundo Alagoano de Parcerias;
- d) Iniciar negociações sobre garantias com SANEMA;
- e) Iniciar negociações sobre garantias com Iguá;
- f) Criação de receita a partir da gestão do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP;
- g) Criação de receita a partir de garantia de projetos através do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP;

3.3. METAS PARA 2022

Para 2022, a empresa revisou seu Planejamento Estratégico, traçando novas metas para a empresa, das quais se destacam:

- a) Garantir novos projetos através do Fundo Alagoas de Parcerias – FAP;
- b) Modelar, pelo menos, mais dois projetos de Concessão e PPP até 2021;
- c) Estruturar e criar Fundo imobiliário para otimizar a gestão dos ativos patrimoniais do Estado de Alagoas;
- d) Analisar estruturas das PPPs já existentes no Estado e avaliar a possibilidade de substituição das garantias fornecidas;

4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Enquanto empresa pública, a Alagoas Ativos não tem competência direta para executar políticas públicas, uma vez que, de acordo com sua lei de criação, tem atribuição de auxiliar a Administração Pública, através da prestação dos serviços elencados na sua lei de criação e no seu Estatuto Social a órgãos, entidades e outras empresas estatais do Estado de Alagoas.

Em 2021, a empresa gerou suas primeiras receitas próprias mensais e recorrentes, a partir do serviço de administração do Fundo Alagoano de Parcerias e da gestão das outorgas de garantias através do Fundo.

Dessa forma, a partir do exercício financeiro de 2021, a Alagoas Ativos se mantém autonomamente com suas próprias receitas e continuará a buscar novas fontes de renda, de forma a ser cada vez mais rentável e independente.

5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo em vista a missão da Alagoas Ativos de “viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado”, e seus fins específicos, previstos em sua lei de instituição, é possível elencar dois principais impactos que se espera quando da operacionalização das políticas públicas pela empresa.

O primeiro impacto direto para a empresa é efetivamente gerar receitas, seja pela remuneração pela outorga de garantias concedidas nos projetos de concessões e PPPs, seja pela gestão do Fundo Imobiliário e do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

O segundo impacto é a captação de investimentos para o Estado de Alagoas, através dos projetos de concessões e PPPs, que serão fontes de novos empregos, aumento do PIB e a melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos do Estado.

III. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, III e VIII, exige a elaboração “carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Alagoas Ativos é uma empresa que tem a função de auxiliar na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas junto aos órgãos interessados do Estado e na gestão dos ativos patrimoniais do estado, sendo responsável pelas seguintes atividades:

- a) colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;
- b) gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;
- c) gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e
- d) estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Assim, a empresa é responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs e concessões, sendo a gestora financeira do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de PPPs, enquanto parceiros públicos.

É, também, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

2. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Dentre as estruturas de controle da Alagoas Ativos estão o Conselho Fiscal, o órgão competente para controlar e fiscalizar os atos da empresa, dos seus administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, e a Assessoria Jurídica, diretamente vinculada à Diretoria Geral, e que é responsável por assessorar a Diretoria-Geral e as áreas em relação aos aspectos jurídicos a serem observados ou considerados na condução dos negócios da Companhia.

A empresa também mantém o cargo de Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, que anteriormente era a Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, alterada para adequar a empresa às mais modernas metodologias de gestão e governança corporativa. O cargo é responsável por desenvolver, implementar e avaliar o Programa de Integridade e controlar a sua execução, suportar a implementação de controles internos e ações voltadas ao combate à corrupção, suborno e fraude, realizar diligências de

averiguação antes da contratação de qualquer empregado e fornecedor da empresa e realizar investigações internas a fim de averiguar a conformidade das condutas dos colaboradores, realizar o gerenciamento dos riscos, realizar auditorias na área do Almoxarifado e na área operacional e de outras áreas específicas para apurar possíveis irregularidades nos procedimentos internos da empresa, aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações.

Em relação à rotina operacional, cada unidade possui seus próprios controles internos em relação às suas atividades, como licitações, contratos, processos administrativos, pagamentos, contabilidade, fornecedores, entre outros. No que se refere à perspectiva de Processos Internos, a Alagoas Ativos revisou todos os processos internos mapeados e padronizados em 2019, além de ter finalizado a padronização dos processos principais do Fundo Alagoano de Parcerias.

A empresa contou com auditoria independente que examinou suas demonstrações contábeis referentes ao balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício de 2021. No que se refere ao controle externo, a empresa está subordinada ao controle da sociedade, à Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, a qual a Alagoas Ativos está vinculada, à Controladoria Geral do Estado de Alagoas e ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, que são responsáveis pela fiscalização externa da Empresa.

3. FATORES DE RISCO

Para analisar o ambiente em que a Alagoas Ativos se encontra e substanciar seu planejamento estratégico para 2021, a empresa utilizou a ferramenta de gestão Análise SWOT, em que identificou as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças que podem interferir na definição de suas metas, diretrizes e ações voltadas para o cumprimento de seus objetivos estratégicos.

Conforme a Análise, os fatores relevantes para a atuação da Alagoas Ativos foram:

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FATORES INTERNOS	FORÇAS <ul style="list-style-type: none"> • Facilidade em adaptação • Comprometimento • Desenvolvimento pessoal; • Boa localização. • Transparência • Ética e conduta íntegra da equipe. 	FRAQUEZAS <ul style="list-style-type: none"> • Manuais e políticas internas • Não possui controle total sobre sua atividade fim; • Ausência de Gestão de Pessoas; • Ainda não possui receitas; • Baixa segurança de informações;
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES <ul style="list-style-type: none"> • Interação entre o setor público e o setor privado; • Flexibilidade nos processos • Área de mercado novo • Segurança econômica do Estado (situação fiscal do Estado) 	AMEAÇAS <ul style="list-style-type: none"> • Volatilidade nas estratégias de investimentos do Estado; • Obtenção de informações externas • Confusão finalística com outros órgãos • Público desconhece a empresa; • Atuação de Sindicatos

Como etapa inicial para a implantação do Sistema de Compliance da empresa, realizou-se a análise de riscos, em que se identificou riscos estratégicos, operacionais e de conformidade relacionados com as atividades tanto finalísticas, quanto internas da empresa.

Com base nos fatores relevantes identificados na Análise SWOT e na análise de riscos, a Alagoas Ativos realiza o gerenciamento e revisão anual dos riscos identificados, de forma a definir as estratégias de tratamento e os eventuais controles internos a serem implantados.

4. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Em 2021, os gastos da Alagoas Ativos se concentraram em despesas com pessoal e de custeio. Na categoria de Pessoal, incluem-se os gastos com salários, encargos sociais e pagamento de verba de representação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Já na categoria custeio, estão incluídos, principalmente, as despesas com fornecedores habituais da empresa e materiais de consumo.

Em que pese a empresa ter recebido suas primeiras receitas mensais e recorrentes em 2021, após o encerramento do exercício, constatou-se a execução de apenas 82,28% do orçamento aprovado.

Como nos anos anteriores, a Alagoas Ativos realizou a aplicação dos recursos, a qual teve suas variações de rendimentos no decorrer dos meses. Desta forma, foi possível verificar o comportamento ocorrido em nossas aplicações, Público Supremo e Público Absoluto, e de nossa disponibilidade financeira.

5. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Estrutura de Governança da Alagoas Ativos é composta por um Conselho de Administração, integrado por cinco membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555, 2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016, e uma Diretoria Geral, constituída por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração.

Como instância maior de fiscalização da empresa está o Conselho Fiscal, composto por quatro membros, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária

A empresa conta, ainda, com uma Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, responsável tanto pela implantação, execução e monitoramento do Sistema de Compliance da empresa, da verificação da conformidade da empresa às exigências legais e pela implantação, execução e monitoramento da auditoria interna da empresa e avaliação e acompanhamento dos controles internos de cada área.

Como resultado do trabalho realizado por esta Superintendência em 2021, a empresa conta com os seguintes documentos internos:

- a) Código de Conduta Ética
- b) Política de Classificação de Informações
- c) Política de Divulgação de informações

- d) Política de Porta-Vozes
- e) Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses
- f) Política de Indicação de Administradores
- g) Política de Distribuição de Dividendos
- h) Política de Remuneração dos Administradores
- i) Política de Diárias e Passagens
- j) Políticas de Compliance
- k) Política de Fornecedores
- l) Política de Avaliação de Imóveis
- m) Políticas de Combate à Lavagem de Dinheiro, Nepotismo e Fraude
- n) Política de Atuação em Projeto
- o) Política de Capacitação

Outros documentos essenciais para o desenvolvimento das atividades da empresa são o Estatuto Social e o Regimento Interno, ambos revisados em 2021.

Importante mencionar que todas as mudanças de diretoria e as contratações realizadas em 2021 foram precedidas do procedimento de due diligence, ou diligência prévia, implantado pela Superintendência de Governança, Riscos e Compliance para verificar a adequação da pessoa ao cargo, o preenchimento dos requisitos legais e regimentais e a existência de alguma situação de conflito de interesse que possa prejudicar ou interferir nas atividades da Alagoas Ativos.

Mantendo sua atuação em conformidade com as exigências legais, a área continuou a operar e gerenciar o canal de denúncias, por meio do sistema virtual e-OUV e o sistema de informações ao cidadão e-SIC, ambos coordenados pela Controladoria Geral do Estado – CGE, em que qualquer cidadão pode pedir informações, adequando a empresa às exigências de transparência governamental.

6. REMUNERAÇÃO

A remuneração dos empregados e Administradores da sociedade não é afetada diretamente pelos indicadores de atuação da empresa. A empresa possui um quadro fixo de cargos e salários. Os valores remuneratórios são norteados pelos padrões dos agentes públicos, servidores ou empregados, do Estado de Alagoas, apesar de a empresa ser independente do Tesouro Estadual.

Quanto aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, compete à Assembleia Geral fixar sua remuneração. O Conselho de Administração, por sua vez, tem a atribuição de definir os valores de remuneração da Diretoria Geral e esta é responsável por fixar a remuneração dos empregados da empresa, em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, 13.303/16 e Decreto Estadual nº 52.555/16.

O regime de trabalho é celetista, sendo assegurado aos Diretores eleitos Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, décimo terceiro salário, férias, inclusive indenizadas, e eventuais benefícios, sujeito, ainda, ao recolhimento previdenciário. A remuneração dos administradores, conselheiros e empregados são divulgados no site institucional.

NOME	CARGO	REMUNERAÇÃO
George André Palermo Santoro	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00

Antônio Tenório Cavalcante Neto	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
José Ernesto de Souza Filho	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
Gabriela Magalhães	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
Maria Clara Cavalcante Bugarim	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
Adrualdo de Lima Catão	Conselheiro Fiscal	R\$ 3.200,00
Renata dos Santos	Conselheira Fiscal	R\$ 3.200,00
José Ediberto de Omena	Conselheiro Fiscal	R\$ 3.200,00
Isabella Laíse Menezes Vasconcelos Vieira	Conselheira Fiscal	R\$ 3.200,00
Antônio Tenório Cavalcante Neto	Diretor Presidente	R\$ 22.820,57,00
Eder Correia de Araújo	Diretor Executivo	R\$ 15.974,40
José Helenildo Ribeiro Monteiro	Diretor Financeiro	R\$ 15.974,40

7. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

A Alagoas Ativos foi criada em 2017 para ser a empresa responsável pela viabilização de projetos de alto potencial de impacto no Estado de Alagoas, lhe cabendo ser uma entidade de auxílio na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas no Estado.

Nesse sentido, a empresa é responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs, atuando, como a administradora do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de Concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

A Alagoas Ativos é, ainda, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

Em 2021, os esforços da empresa foram completamente focados nas atividades externas, que estão ligadas à obtenção de resultados, como a administração do FAP e a outorga de garantias a projetos de PPP no Estado, a finalização do projeto do Abatedouro Regional de Viçosa, o início dos estudos sobre o Aeroporto de Maragogi e a organização de todo o projeto de estruturação do Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado de Alagoas.

Foi um ano importantíssimo, pois foi o primeiro ano que a empresa gerou receitas mensais e recorrentes a partir de sua atividade finalística, referente à administração do FAP e à outorga de garantias pelo Fundo e que marcou um importante novo ciclo resultados, que serão ainda mais aprofundados em 2022.

8. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2021, em conformidade com o art. 8º, I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de março de 2016.

Maceió, 26 de abril de 2021

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Presidente do Conselho de Administração

ANTONIO TENÓRIO CAVALCANTE NETO
Membro Conselho de Administração

JOSÉ ERNESTO DE SOUZA FILHO
Membro Conselho de Administração

GABRIELA MAGALHÃES
Membro do Conselho de Administração

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Membro do Conselho de Administração